

ALBA e MERCOSUL: possibilidades e limites entre o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal

Globalização, integração regional e subregional

Avanço de investigação em curso

Mariana Davi Ferreira
(marianadaviferreira@gmail.com)

Graduanda do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e do curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Giuliana Dias Vieira
(giulianadiasvieira@gmail.com)

Professora doutora do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e orientadora de Iniciação Científica da aluna Mariana Davi Ferreira pelo projeto “Cooperação internacional e integração latino-americana: novos paradigmas?” vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), vigente durante o período 2012-2013.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo tratar dos ciclos de regionalismo vigentes na América Latina, a partir da década de 1990, a partir dos pressupostos teóricos de alguns estudiosos das relações internacionais. Neste sentido, analisaremos os processos integrativos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), representando os pressupostos do regionalismo aberto, e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), representando o paradigma do regionalismo pós-liberal. Para tal, iremos analisar os elementos sócio-histórica da América Latina que levaram a formação da condição de dependência da região. Em seguida, apresentaremos os pressupostos históricos e teóricos que caracterizam o regionalismo aberto e o regionalismo pós-liberal. Por fim, analisaremos a agenda do MERCOSUL e da ALBA na atualidade.

Palavras-chave: América Latina, regionalismo aberto, regionalismo pós-liberal.

1. Introdução

No início da década de 1990, a ordem internacional passa por uma série de transformações pujantes e, assim, com a intensificação dos processos globalizantes, a integração regional ganha um novo impulso. Nesse cenário, na América Latina, entra em curso a conformação de blocos regionais, em um ciclo do regionalismo aberto. Esse paradigma integrativo tem como centralidade a integração de cunho eminentemente comercial, com base na implementação de políticas neoliberais, orientadas pelo Consenso de Washington, que priorizam a liberalização comercial, por meio da abertura dos mercados latino-americanos.

O regionalismo aberto caracterizou-se por forte presença dos interesses da política externa dos Estados Unidos para a região, visando aprofundar as relações de dependência da América Latina. Ainda nesse paradigma integrativo, efetivaram-se novos processos integrativos subregionais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Já no limiar do século XXI, o cenário político latino-americano passa por mudanças que configuram uma reorientação no perfil da política externa dos países da região e uma releitura sobre os modelos integrativos para a América Latina. Ocorre uma quebra da hegemonia do regionalismo aberto,

a partir do questionamento da sua viabilidade para fomentar uma integração que corrobore com os reais interesses dos Estados latino-americanos.

Emerge, assim, o paradigma do regionalismo pós-liberal. Este paradigma visualiza a integração regional como um instrumento viabilizador do desenvolvimento da América Latina e da redução das assimetrias entre os Estados. Assim, distanciando-se do regionalismo aberto, esse novo paradigma tem um maior foco na agenda política. O regionalismo pós-liberal se expressa na Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).

Diante deste impasse, o presente artigo objetiva analisar as agendas do MERCOSUL e da ALBA no atual cenário latino-americano, enquanto representantes dos paradigmas de regionalismo aberto e regionalismo pós-liberal, respectivamente.

Para tal, inicialmente retomaremos os principais elementos da formação sócio-histórica da América Latina, com foco nas raízes que deram origem à situação de dependência da região, historicamente. Em seguida, faremos um recorte histórico para analisar os ciclos de regionalismo aberto e regionalismo pós-liberal na América Latina. Por fim, realizaremos uma breve análise comparativa entre as agendas e os projetos políticos em pauta no MERCOSUL e na ALBA.

2. Elementos da formação sócio-histórica da América Latina

“La historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial”. Ruy Mauro Marini inicia sua obra *Subdesarrollo y revolución* (1970, p. 03) com essa afirmação que nos faz perceber a ligação entre a formação sócio-histórica da América Latina e sua situação de dependência como parte do desenvolvimento do capitalismo mundial. Isso porque a exploração da riqueza do subcontinente latino-americano, por meio da expansão europeia, foi fundamental para o processo de acumulação primitiva do capital.

Desse modo, o processo de colonização do território que hoje conforma a América Latina, através do processo violento de expropriação das riquezas, por meio da rapina, da violência, da usurpação e da espoliação, contribuiu para a consolidação do modo de produção capitalista, por meio da acumulação primitiva do capital. Nesta perspectiva, Galeano indica que “a economia colonial mais abastecedora do que consumidora, estruturou-se em razão das necessidades do mercado europeu e do seu serviço” (GALEANO, 2010, p. 48).

Esse processo resultou numa identidade latino-americana contemporânea que remonta a uma forte herança comum dos tempos de colonização e de posteriores formas de exploração do subcontinente. Por isso, visualiza-se a importância de retomar tais acontecimentos históricos, para possibilitar a compreensão da formação da terminologia América Latina e, a partir desta reflexão, vislumbrar como os processos ocorridos neste continente dão sentido à possibilidade de uma integração desta região, contemporaneamente.

Nesta perspectiva, a colonização da América Latina foi protagonizada, inicialmente, por Espanha e Portugal, desde o século XV. Neste processo de acumulação primitiva, o objetivo primordial era explorar as fontes de riquezas do “Novo Mundo” para garantia dos interesses dos Estados europeus e da burguesia em formação. O elemento determinante na constituição da organização social das colônias latino-americanas foi o papel que estas cumpriram no processo de acumulação primitiva do capital, para consolidação do modo de produção capitalista. Segundo Florestan Fernandes (1998), o período de colonização da América Latina configurou-se como a primeira fase de dominação externa da região, a etapa do colonialismo. Essa fase de dominação externa só foi possível pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, junto à exploração da mão de obra indígena e, posteriormente, do tráfico negro.

Nessa perspectiva, nas colônias latino-americanas e nos posteriores Estados nacionais predominava uma organização social que conservava a centralização do poder e da riqueza, sempre com a presença da dominação externa, reforçando as relações de dependência da região.

Nesse processo de independência o fortalecimento da Inglaterra, enquanto potência industrial do século XIX, por meio da Revolução Industrial foi um fator determinante. O desenvolvimento do potencial industrial inglês interferiu na América Latina, pela busca por formação de mercados nas antigas colônias. Neste sentido, no processo de dominação externa, o neocolonialismo passa a apresentar-se na terceira etapa de dominação, o imperialismo, que passa a ser protagonizado pela Inglaterra.

Os processos de independência não resultaram em uma ruptura nos processos de dominação, pois o poder deslocava-se para as mãos da burguesia em formação e para os senhores de terra, que se vinculavam na busca de fortalecer o intercâmbio externo, dando continuidade à dominação externa na região. Assim, a independência política dos países da América Latina não foi seguida por emancipação econômica, já que os grupos locais que detinham o poder continuaram a perpetuar as relações econômicas assimétricas de importação dos manufaturados europeus e exportação de produtos primários da América Latina.

Já no final do século XIX, há um crescimento do potencial produtivo da economia norte-americana e os Estados Unidos despontam enquanto potência no cenário internacional. Esse destaque à emergência dos EUA enquanto potência capitalista tem ligação com a continuidade das relações de dependência da América Latina. Assim, os Estados Unidos passam a ter uma grande influência sobre os países latino-americanos. Ruy Mauro Marini aponta que:

A partir de 1875, se hacen sentir ciertos cambios en el capitalismo internacional. Nuevas potencias se proyectan hacia el exterior, sobre todo Alemania y Estados Unidos, ya que estos últimos empiezan a desarrollar una política propia en el continente latinoamericano que choca muchas veces con los intereses británicos. En el campo mismo del comercio, la influencia norteamericana es considerable, registrándose en algunos países, principalmente Brasil, la tendencia a desplazar sus exportaciones hacia la nueva potencia (MARINI, 1970, p. 05).

Neste sentido, a dominação norte-americana se deu a partir da formulação de uma política própria para a região latino-americana. No século XIX, a *Doutrina Monroe* buscava legitimar no plano do discurso a interferência dos Estados Unidos sobre a América Latina. A Doutrina Monroe foi uma política anunciada em 1823, sob o mandato presidencial de James Monroe, que em troca da não-intervenção dos europeus nos Estados da América, se comprometia em não intervir nas questões europeias. Segundo Karnal (2007) a Doutrina Monroe tem como pressuposto discursivo os Estados Unidos enquanto responsável pela proteção dos Estados de toda a América. Por trás do discurso legitimador, encontrava-se o objetivo de preservar os interesses comerciais dos Estados Unidos nos mercados da América.

No final do século XIX destaca-se a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), que ocorreu em Washington, com a temática da segurança regional e com o objetivo de fomentar as relações comerciais entre os países americanos. A Conferência teve o protagonismo dos interesses estadunidenses, sob pressão das forças nacionais ligadas ao livre comércio, que tinham como objetivo a materialização de um cenário internacional americano cujo controle pertencesse aos Estados Unidos (PÁDUA, 2012, p. 23). Assim, o final do século XIX marca a formulação da política externa dos Estados Unidos para a região latino-americana, denominada de pan-americanismo, que é marcada por uma postura intervencionista na regiãoⁱ.

Outra política formulada pelos EUA visando sua influência sobre a América Latina, formulada em 1930 no governo Roosevelt, foi a Política da Boa Vizinhança. Essa proposta tinha como intenção abrandar as relações de intervenção dos EUA na região latino-americanaⁱⁱ.

Na Guerra Fria configurou-se a bipolaridade no sistema internacional, no qual o bloco capitalista é hegemônico pelos Estados Unidos e o bloco socialista pela União Soviética. Nessa

configuração do sistema internacional, em 1948, surge o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um Tratado de cunho militar que objetivava impedir a entrada do comunismo nos Estados da América. Tais medidas aumentam o poder dos Estados Unidos e a assimetria das capacidades deste país em relação aos Estados latino-americanos, reiterando as relações de dependência estabelecidas.

A partir desses exemplos, fica claro a política intervencionista dos Estados Unidos para a região latino-americana no século XX, que é expressa a partir de tratados fundados no cenário internacional e que possuem um forte elemento discursivo legitimador, na defesa da “liberdade e segurança da América”.

No final do século XX, com a década perdida (1980), as economias latino-americanas foram atingidas mais gravemente. Os Estados Unidos e demais potências capitalistas indicaram uma série de medidas de cunho neoliberal a serem adotadas por esses países para se recuperarem da crise, medidas que compõem o Consenso de Washington. Nesse momento, surgem as primeiras articulações dos processos integrativos que compõem o ciclo do regionalismo aberto, predominante na América Latina na década de 1990.

Neste sentido, após trazermos os principais elementos da formação sócio-histórica da América Latina, que apontam para a sua situação histórica de dependência e subdesenvolvimento; no próximo tópico trataremos os principais elementos do regionalismo aberto, da sua crise e os elementos da conjuntura na qual emerge o regionalismo pós-liberal, na América Latina.

3. Regionalismos na América Latina: do regionalismo aberto ao regionalismo pós-liberal

O debate acerca dos ciclos de regionalismo vigentes na América Latina possui ligação direta com a formação sócio-histórica da região e as consequentes lacunas para sua inserção na economia capitalista.

Neste tópico discorreremos sobre o regionalismo aberto, hegemônico na América Latina a partir da década de 1990, com foco nos elementos que levaram a sua crise. E, em seguida, caracterizaremos o surgimento do regionalismo pós-liberal na América Latina, que decorre diretamente da crise de paradigma hegemônico anteriormente.

No limiar do século XXI, a partir da ascensão de líderes de esquerda para chefes de governo nos países latino-americanos, o regionalismo aberto perde força, diante da crise de processos em curso como o MERCOSUL, que diminui consideravelmente seus fluxos comerciais intrabloco. Daí, os processos integrativos passam a ter um foco diferenciado. Tal conjuntura é descrita por Serbín, Martínez e Ramanzini:

La noción de regionalismo abierto, es decir, la perspectiva de intercambio comercial en tanto elemento central de la integración prevaleciente en los años noventa, ha dejado de ser la principal fuerza motriz de las actuales tendencias de integración y de cooperación entre los países de la región, y ha sido crecientemente sustituida por un nuevo enfoque, más acorde con lo que algunos autores denominan regionalismo post-liberal, y que otros califican como regionalismo post-hegemónico o incluso post-neoliberal, en función de algunas especificidades de los actuales procesos regionales. (SERBÍN; MARTÍNEZ; RAMANZINI, 2012, p. 11)

Para Sanahuja (2009), o período de hegemonia do regionalismo aberto na América Latina foi de 1990 até 2005. Sua crise tem base em fatores diferenciados. Aponta que os argumentos que possuem certa popularidade são apontamentos sobre os objetivos dos Estados Unidos para a região agindo como um “desagregador externo”ⁱⁱⁱ. Entretanto, há outros fatores de ordem mais complexa que corroboram com o esgotamento desse ciclo, que estão ligados aos processos econômicos, como o avanço exclusivo

na integração negativa ligada^{iv} à liberalização comercial, sem potencializar o desenvolvimento econômico dos países de maneira satisfatória.

O autor aponta que há um paradoxo no que tange aos objetivos do regionalismo aberto, pois esse se baseia na liberalização comercial intrarregional, mas os dados demonstram pouco avanço no aprofundamento da exportação intrarregional e intrabloco nesse período, na América Latina, como é o exemplo do MERCOSUL, citado acima. O foco estritamente comercial desse ciclo de regionalismo deixa de abarcar o potencial integrativo de outras áreas, como a infraestrutura, ciência e tecnologia, questões energéticas, entre outras.

Há limitações para a consolidação do regionalismo aberto no que tange a dimensão institucional dos processos integrativos deste cunho, as relações exteriores e as visões ideológicas em disputa corroboram com o esgotamento desse ciclo. Para tal, indica a questão da dificuldade de abrir mão de parte da soberania nacional como um forte impedimento para a consolidação dos processos integrativos. Outra questão tratada é a falta de mecanismo burocrático, que impeça a tomada de medidas unilaterais por parte dos Estados-membros dos processos integrativos, dificulta a consolidação das medidas gestadas regionalmente. Assim, institucionalmente, a fragilidade da integração estaria fortemente ligada ao nacionalismo e concepção westfaliana de soberania, características fundantes nos Estados latino-americanos.

Frente à argumentação de Sanahuja, é importante frisar que tais “limitações institucionais” são direcionadas como crítica a forma pela qual os processos integrativos se conformam na região latino-americana, baseando-se em modelos integrativos de outras regiões, sem considerar as peculiaridades da América Latina para configurar-se de tal maneira. Assim, as críticas também se dão enquanto desafios para a consolidação da integração no novo ciclo do regionalismo pós-liberal, pois como destacado, são características particulares da formação sócio-histórica da política latino-americana. Por isso, tais particularidades devem ser compreendidas como características que irão compor *per si* a integração da região. Assim, não deve-se considerar uma fórmula universal a ser seguida para que os processos integrativos de todo o globo obtenham sucesso. Os passos que levaram à consolidação da União Européia não serão o mesmo para a integração latino-americana, pois há diferenças históricas, culturais, econômicas de cada região que particularizam seus processos integrativos.

Diante da crise do regionalismo aberto, a partir dos elementos supracitados, surge o regionalismo pós-liberal, a partir de diferentes iniciativas, originando uma série de características que se antagonizam com o ciclo anterior. Esse novo momento, no qual a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) constitui um de seus exemplos, traz a tona uma série de diferenças e particularidades que não nos permitem apontar resultados exatos ou inferir conclusões, tendo em vista que ainda estão em processo de construção.

Nesta conjuntura, podemos buscar visualizar possibilidades, limites e desafios a serem encarados contemporaneamente, tendo em vista que o cenário internacional encontra-se em um processo de reordenamento, a partir da emergência de Estados que passam a possuir maior inserção e influência nas decisões internacionais, como a China, e a consequente reconfiguração de polos de poder, como G 20, que passa a ter mais peso de negociação que o antigo G7; e espaços de cooperação como o BRICS e o IBAS. Destarte, podemos apontar esse ciclo caracterizado como regionalismo pós-liberal, como um dos elementos que caracteriza o atual cenário de mudanças no sistema internacional.

Sanahuja (2009) sintetiza as principais características do regionalismo pós-liberal em oito pontos, demonstrando, claramente, o antagonismo com as características do *regionalismo aberto*. (1) A prioridade na agenda política na região, com liderança da Venezuela e Brasil. (2) O retorno da agenda de desenvolvimento, buscando superar os ditames do Consenso de Washington. (3) Centralidade nos atores estatais. (4) Ênfase na agenda positiva de integração, com foco na composição e fortalecimento das instituições e políticas comuns, por meio da cooperação sul-sul entre os Estados, no âmbito não-comercial. (5) Preocupação com a carência infraestrutural da região. (6) Foco no desenvolvimento de segurança energética e busca por complementaridade neste campo. (7) Tentativa

de ampliação da participação social nos processos integrativos^v. E, por fim, a maior particularidade dos projetos integrativos deste ciclo, (8) a maior preocupação com as desigualdades no que tange ao desenvolvimento e às dimensões sociais, vinculando integração regional como instrumento para a diminuição da desigualdade e pobreza. (SANAHUJA, 2009, p. 22-23).

Assim, visualizamos no regionalismo pós-liberal o delineamento de um processo regional com características próprias da América Latina, com forte cunho discursivo no fortalecimento da autonomia da região. Tendo em vista a presença constante dos Estados Unidos na política da região, Serbín (2010, p. 01) aponta que há uma "redefinición de un espacio sudamericano caracterizado por la exclusión explícita de EEUU". Isso fica claro a partir da primazia da agenda política tendo foco na questão das dimensões sociais, diminuição das assimetrias entre nível de desenvolvimento dos Estados, estabelecimento de acordos para além do cunho comercial, inserção de movimentos sociais e de setores da sociedade civil como sujeitos que questionam o ordenamento vigente no cenário internacional e precisam ser ouvidos.

Tais mudanças na agenda da integração latino-americana representam avanços, entretanto não rompem os desafios para sua consolidação. O surgimento do regionalismo pós-liberal não significa o término dos processos do regionalismo aberto. Mesmo em declínio, esse segundo ciclo ainda permanece a partir dos tratados de livre comércio (TLCs) estabelecidos entre Estados Unidos e países da América Latina por meio de acordos bilaterais, trazendo ameaças para os processos de integração regional.

Assim, diante da crise do regionalismo aberto e da emergência do regionalismo pós-liberal na América Latina, buscaremos analisar como o MERCOSUL se encaixa nos elementos que caracterizam o regionalismo aberto e a ALBA se encaixa nos elementos do novo regionalismo, visualizando as suas possibilidades e limites, com base na análise bibliográfica que versa sobre as relações internacionais latino-americanas.

4. ALBA e MERCOSUL: modelos diferentes para a América Latina?

4.1 MERCOSUL

O MERCOSUL é um processo de integração da região sul-americana que é formado em 1991 a partir do Tratado de Assunção. Entretanto, a iniciativa que dará origem ao MERCOSUL antecede o ano de 1991. Com o término dos regimes ditatoriais nos Estados da América do Sul, buscou-se novos instrumentos para avançar no desenvolvimento das economias nacionais. Diante desse cenário, ainda em 1985 é firmado entre Argentina e Brasil o Programa de Integração e Cooperação Econômica, que resultará no MERCOSUL.

A década de 1980 é conhecida como a década perdida para as economias dos países subdesenvolvidos, entre eles os latino-americanos^{vi}. Assim, o MERCOSUL surge visando superar as consequências da crise da década anterior, tendo a integração como instrumento potencializador do crescimento econômico dos Estados-membros do processo. Entretanto, no caso do MERCOSUL o potencial da integração vem a partir da adoção de medidas neoliberais no que tange ao campo econômico. Por isso, a caracterização do MERCOSUL enquanto modelo integrativo do regionalismo aberto, por ter um foco eminentemente comercial. As medidas neoliberais com foco na liberalização comercial e abertura dos mercados é parte das medidas propostas pelo Consenso de Washington, que tinha como objetivo colocar em prática os interesses dos Estados Unidos para a região.

Na década de 1990, o Consenso de Washington representa a formação de um projeto dos Estados Unidos para a América Latina, formulado no governo Bush pai. Esse mesmo projeto é visível na Iniciativa para as Américas, e posteriormente na proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que busca a formação de uma zona de livre-comércio, na qual os interesses estadunidenses possam ser hegemônicos na região.

Nesse sentido, os processos de integração regional, como o MERCOSUL, se ajustam as medidas formuladas e propostas pelos Estados Unidos para a América Latina. Assim, o MERCOSUL segue a cartilha norte-americana de liberalização comercial, com esperança de que tal medida resultasse no crescimento das economias nacionais. Entretanto, como cita Carcanholo:

Se esse processo implicou inicialmente um avanço da integração comercial regional, que se manifesta na elevação da proporcionalidade dos fluxos de comércio intra-regionais, a insustentabilidade das políticas macroeconômicas em que se baseou aumentou fortemente a vulnerabilidade externa de suas economias, que as levava, em fins da década de 1990, a uma forte crise que põe em questão os incipientes avanços realizados (CARCANHOLO; MARTINS, BRASIL, 2005, p. 128).

O processo de integração regional do MERCOSUL tem que ser compreendido como um fenômeno decorrente do contexto de configuração do cenário internacional. Ou seja, a partir dos ditames políticos hegemônicos no início da década de 1990 que influenciaram a política econômica dos Estados latino-americanos, já que as medidas neoliberais foram implementadas pelos Estados do bloco (inicialmente Brasil, Uruguai e Argentina).

Diante da experiência do MERCOSUL visualizada nos anos 1990, averigua-se maior empenho na liberalização comercial, em detrimento da negligência da integração nos setores sociais e políticos. A vigência de tais medidas neoliberais junto aos processos de integração em curso na região levaram a uma fragilização das economias, tendo em vista que no final da década de noventa as trocas comerciais intrarregionais no bloco do MERCOSUL caíram, ou seja, o objetivo de fortalecer as economias por meio das trocas intrabloco não ascenderam como objetivava-se. Assim, há problemas na consolidação da união aduaneira, ligados às dificuldades visualizadas na concretização do regionalismo aberto, em geral. Mesmo diante dessa contradição, o MERCOSUL é o processo integrativo mais consistente da região.

4.2 ALBA

A ALBA foi uma proposta apresentada no ano de 2001, formulada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na III Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe. Em 14 de dezembro de 2004 se realiza em Havana, Cuba, a Primeira Cúpula da ALBA. Chávez e Fidel firmam a Declaração Conjunta para sua criação, bem como o Acordo de aplicação da ALBA. No ano seguinte, ocorre a Segunda Cúpula da ALBA. E em 2006, a Terceira Cúpula, na qual Evo Morales, presidente da Bolívia adere ao projeto e propõe o Tratado de Comercio de los Pueblos, firmado nessa ocasião. Atualmente, a ALBA possui nove países membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Mancomunidad de Dominica, Honduras, San Vicente y las Granadinas, Ecuador e Antigua y Barbuda. A ALBA se sustenta em princípios de solidariedade, cooperação, genuína e complementaridade entre os países.

Assim, percebe-se que a ALBA demonstra que o seu propósito fundamental é unir as capacidades dos países que a integram, na perspectiva de produzir as transformações estruturais e o sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral nos diversos campos de atuação.

A ALBA é, a amostra mais celere do regionalismo pós-liberal. Ela não se mostra enquanto um processo transitivo, mas como uma prova de que a ruptura é possível se há, de fato, a vontade real dos Estados para tal. A sua formação vem no sentido contrário de tudo o que as teorias hegemônicas de integração preconizam enquanto mais seguro e passível de sucessibilidade. Enquanto as teorias hegemônicas defendem os cinco degraus sucessivos dos processos de integração - começando pelas

zonas de livre-comércio - a ALBA concebe a integração sociopolítica enquanto pilar fundamental e o comércio passa a ser apenas uma característica sintomática dessa integração, como acontece com o TCP^{viii}, um tratado comercial que só é possível dada a relação de confiança política entre as partes. Nesse sentido, a ALBA apresenta-se como uma proposta que se opõe a ALCA, enquanto modelo neoliberal de integração para a região.

Assim, a ALBA consolida-se enquanto processo pós-liberal, por definição, no momento em que surge da própria contradição gerada pelos processos de liberalização comercial, sendo a negação do paradigma vigente anteriormente. Desencadeado pelos problemas enfrentados pelos povos latinos na década de 1990 frente as políticas neoliberais, a negação ao projeto da ALCA é o sinal derradeiro de que o neoliberalismo já encontrava grandes problemas para se colocar enquanto projeto econômico viável para a América Latina. Nesse sentido, podemos observar que a ALBA é uma proposta de enfrentamento do neoliberalismo provocado pelas suas próprias contradições de forma dialética, encontrando uma forte resistência quando as suas consequências se tornaram problemas reais para a manutenção da vida dos povos destes países. Assim, a ALBA, que é parte deste mesmo processo de desconstrução, é uma ferramenta de enfrentamento ao paradigma neoliberal.

A agenda da ALBA apresenta nitidamente os oito elementos que Sanahuja descreve, caracterizando o regionalismo pós-liberal. O foco na agenda política, a resistência à ofensiva neoliberal e, em destaque a entrada de novos atores no cenário integrativo. Este último constitui a *diplomacia de los pueblos* como parte da política externa da Venezuela. "La incorporación de los movimientos sociales a la integración, como complemento, más que, como sustituto de lá diplomacia tradicional, evitando el "elitismo" que los ha caracterizado." (SANAHUJA, 200 P. 259, p. 25).

Um dos principais objetivos que definem a ALBA enquanto um projeto pós-hegemonico é a clara intenção da redefinição da geopolítica internacional baseada em um mundo multipolar, contestando a unipolaridade em todas as suas formas. Sobre isto, assinala Serbin (2010):

Este conjunto de iniciativas, sin embargo, no pueden dissociarse de una visión predominantemente geoestratégica, política e ideológica del Presidente Chávez, en su afán de contrarrestar la hegemonía estadounidense promoviendo una integración regional en el ámbito sudamericano y caribeño, y una serie de alianzas estratégicas regionales y globales que consoliden la conformación de un mundo multipolar que acote y enfrente esta hegemonía.(SERBIN, 2010, p. 10)

Após a análise do regionalismo pós-liberal, no tópico acima, vê-se na construção da ALBA uma clareza sobre a constituição de sua agenda enquanto contra-hegemônica e com foco no fortalecimento da região latino-americana. Sobre a viabilidade da ALBA, Sanahuja (2009) argumenta que "Pese su retórica integracionista, en realidad el ALBA es sobre todo un proyecto político y una estrategia de cooperación sur-sur que ni pretende, ni logra, integrar el espacio económico de sus miembros" (SANAHUJA, 2009, p. 26). Neste sentido, a ALBA e demais processos integrativos de cunho pós-liberal constituem um processo em curso que necessita ser analisado cautelosamente, para que se possa, futuramente, apontar a viabilidade de sua consolidação frente o cenário internacional.

5. Considerações Finais

Diante do momento de transição apontado pelos autores que delinea o ciclo do regionalismo pós-liberal, podemos afirmar que o MERCOSUL encontra-se em um momento de instabilidade, no qual a ALBA representa uma possibilidade diferenciada de potencializar um novo modelo de

integração para a região, diante da crise das medidas neoliberais que eram fundantes na constituição do MERCOSUL e demais processos integrativos do ciclo do regionalismo aberto. Assim, visualizando o novo modelo que desafia o padrão de integração até agora em pauta, reintegrando Cuba aos processos integrativos, retirando a centralidade dos Estados Unidos para a região e o fortalecimento da autonomia regional frente o cenário internacional são características que demonstram a importância do regionalismo pós-liberal, ao menos, como alternativa aos modelos integrativos que não se consolidaram, anteriormente.

6. Bibliografia

ALTMANN, J. *Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?* Real Insitituto Elcano ARI N° 17, 2008.

AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de las relaciones internacionales*. Buenos Aires : Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BERNAL-MEZA, Raúl ; MASERA, Gustavo Alberto. *El Retorno del Regionalismo. Aspectos políticos y económicos en los procesos de integración internacional*. São Paulo, SP : Cadernos PROLAM, 2008. Disponível em : < www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_7.pdf>

CARCANHOLO; MARTINS. *Origem e características do MERCOSUL: vulnerabilidade externa de suas principais economias e uma integração latino-americana soberana*. In: SANTOS, T. (Org.) *Globalização e Integração das Américas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Padrões de dominação externa na América Latina*. In: PÉRICAS, Luiz Bernardo (org.). *América Latina: História, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1969.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdsarollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

MOREIRA, L; QUINTEROS, M; SILVA, A. *As relações internacionais da América Latina*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2010.

PÁDUA, Adriana Suzart de. *ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?* Franca: [s.n.], 2012.

SANAHUJA, José Antonio. *Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”*. *Crisys y cambio en la integración regional en América Latina*. In: ALFONSO, Laneydi Martínez; PEÑA, Lázaro; VAZQUEZ, Mariana. (Org.). *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*. n° 7, año 2008-2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02450.pdf>>

SERBIN, Andres. *Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América y el Caribe*. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2011.

SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI Jr., Haroldo (Org.) *El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos*. Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. n° 9, año 2012.

SERBIN, Andrés. *Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos*. Proyecto Nueva Sociedad. Buenos Aires, 2010.

VILLA, Rafael Duarte. *Venezuela: mudanças políticas na era Chávez*. Estudos avançados 19 (55), 2005.

Notas

ⁱ “Em vários países, principalmente da América Central, nas primeiras décadas do século XX, guerras civis e entre Estados foram fomentadas pelos Estados Unidos, ora visando seus interesses nacionais, ora movidas por interesses comerciais de monopólios privados. Tal política intervencionista passou a ser mal vista pelos países latino-americanos, pois foi interpretada como uma tentativa estadunidense de exercer controle sobre a região por meio da instituição de um movimento pan-americano, assemelhando-se aos movimentos dos panismos europeus, como o pan-germanismo, liderado pela Alemanha e o pan-eslavismo, liderado pela Rússia” (PÁDUA, 2012, p. 24).

ⁱⁱ Sobre a Política da Boa Vizinhança, Pádua comenta “Com uma abordagem mais branda, esta política visava dois pontos principais e complementares: 1) reverter a percepção negativa que os países centro e sul-americanos tinham em relação às ações de invasão direta feitas pelos estadunidenses até então, e assim, diminuir a tensão entre os vizinhos e, como resultado disso, 2) conquistar aliados confiáveis, que lutassem a seu lado caso houvesse a ocorrência de conflitos internacionais resultantes de movimentos como o fascismo e o nazismo que, segundo o presidente estadunidense, poderiam ameaçar a paz mundial” (PÁDUA, 2012, p. 25).

ⁱⁱⁱ “A la hora de explicar la crisis de la integración regional, gozan de cierta popularidad los argumentos [...] al 'disgregador externo', en referencia Estados Unidos y los tratados bilaterales de libre comercio que este país ha promovido tras el bloqueo del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA)” (SANAHUJA, 2009, p. 13).

^{iv} “Un examen de los distintos procesos subregionales revela que en realidad la estrategia del ‘regionalismo abierto’ se ha aplicado de forma parcial y selectiva. En particular se ha puesto más énfasis en lo que Jan Tinbergen llamó ‘integración negativa’, es decir, la liberalización comercial intragrupo, que la ‘integración positiva’, centrada en las políticas comunes y la construcción de instituciones” (SANAHUJA, 2009, p. 14).

^v Como visualiza-se a partir da inserção de novos atores nos processos integrativos, como os movimentos sociais por meio da ALBA. “El 28 de abril, como parte de la declaración final de la Cumbre de Jefes de Estado y Gobierno del ALBA y del tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TPC), se estableció el Consejo de Presidentes del ALBA, conformado por Cuba, Bolivia, Nicaragua y Venezuela, como una estructura permanente del organismo que incluye una Secretaría y un Consejo de

Movimientos Sociales del ALBA, ‘el cual permitirá que los movimientos sociales estén representados y se incorporen al mecanismo de integración regional’” (SERBÍN, 2011, p. 131).

^{vi} Sobre a década de 1980, Carcanholo e Martins (2005) apontam que: Se nas décadas de 1930 e 1940, a América Latina, em sua grande maioria, não pagou os compromissos da dívida externa e aprofundou a substituição de importações, na década de 1980 a característica marcante das políticas públicas foi o pagamento das crescentes obrigações externas. O resultado foi a perda de uma década importante para o desenvolvimento. Foram implementadas fortes políticas recessivas, no intuito tanto de controlar as crescentes taxas de inflação, quanto de reduzir a demanda por importações e, com isso, obter saldos comerciais que permitissem honrar os serviços da dívida externa. Isto impediu o aprofundamento do tratado de integração proposto. Para lidar com as assimetrias e os déficits setoriais que cada país tinha – fruto da competição, da diferença, da estrutura produtiva desses países – era necessário mobilizar créditos que o Estado comprometia com os vultosos compromissos externos (CARCANHOLO; MARTINS, 2005, BRASIL, p. 128).

^{vii} O TCP é o Tratado de Comércio dos Povos adicionado a sigla da ALBA, importante ressaltar que o TCP é uma extensão comercial da ALBA mas não é um tratado de livre-comércio.